

Transição Climática – Uma responsabilidade coletiva

É hoje inegável o impacto da ação humana sobre o ambiente e sobre o clima. Segundo Powell (2016), 99,94% dos artigos lançados sobre o tema entre 1991 e 2015 defendem que a atividade humana tem impacto nas alterações climáticas. Estas fazem-se notar no aumento da temperatura média global, das secas, na intensidade dos ventos e no aumento da frequência e intensidade das catástrofes naturais. E assim, na distribuição de espécies, nos ecossistemas, nos fluxos migratórios, com impactos desiguais que aprofundam discrepâncias.

Mitigar os danos por nós provocados implica ação humana consistente de todos os países, sobre todos os setores, em particular, as principais emissoras de gases com efeito de estufa: Indústria, Turismo, Agricultura e Pescas, Energia e Transportes.

Contudo, as transformações necessárias para a chamada “Transição Climática” impõem alterações nos modos de vida que podem, em si, ser motor de agravamento da situação socioeconómica daqueles que estão dependentes dos setores mais poluentes, como se fez notar no encerramento das centrais de carvão de Pego e Sines, devendo ser promovida uma “transição justa”.

A promoção de atitudes e comportamentos sustentáveis é fundamental no eixo preventivo do combate às alterações climáticas. Contudo, para fazer face à dimensão do problema, precisamos de promover políticas ativas que atuem não só ao nível do indivíduo, mas também a nível institucional sobre as cadeias de produção e logística.

A primeira grande resposta ao nível internacional deu-se, em 2015, com a aprovação por parte de 195 países do Acordo de Paris com o objetivo de conter o aquecimento global abaixo de 2 °C, preferencialmente em 1,5 °C, em relação aos valores médios da era anterior à revolução industrial e reforçar a capacidade dos países de responder ao desafio, num contexto de desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, em 2021, foi assinado na COP26 o Pacto Climático de Glasgow que preserva a ambição do Acordo de Paris de manter o aumento da temperatura a 1,5°C. Ficando delineado que para limitar o aquecimento global a 1,5°C é necessária a redução das emissões globais de dióxido de carbono em 45% até 2030 em relação ao nível de 2010 e para zero por volta de meados do século.

No entanto, estes esforços não se têm revelados suficientes. Segundo cálculos da ONU, apresentados no relatório Emissions Gap Report 2021, as promessas climáticas dos diferentes países combinadas com outras medidas de mitigação colocam o mundo no caminho para um aumento da temperatura global de 2,7°C até ao final do século, ficando a uma grande distância dos objetivos do Acordo de Paris.

A nível nacional, Portugal apresentou, em 2019, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, com o objetivo de definir as principais linhas de orientação, e identificar as opções custo eficazes para atingir aquele fim em diferentes cenários de desenvolvimento socioeconómico. Mais recentemente, em 2021, foi aprovada na Assembleia da República a Lei de Bases da Política do Clima que prevê que Portugal “deverá atingir a meta da neutralidade carbónica” em 2045, “se possível antecipando o

horizonte previsto para 2050" que está na estratégia nacional para neutralidade carbónica.

Reconhecendo e congratulando a definição destes objetivos, a Federação Académica de Lisboa considera que o seu cumprimento, acompanhado de medidas que evitem eventuais danos sociais, decorrentes da execução dos mesmos, constitui um dos maiores objetivos coletivos dos nossos tempos, por isso vem propor:

1. O cumprimento da redução das emissões em 45% até 2030 e do objetivo de alcançar a neutralidade carbónica 2050, em Portugal tal como assinado no Acordo de Paris ou, se possível, antes compensando o possível não cumprimento de outros países, sobretudo, os que estão em vias de desenvolvimento;
2. Que a transição climática seja acompanhada pela necessária reconversão profissional e salvaguarda social dos mais prejudicados pela sua execução.

Destinatários: Ministério do Ambiente, Governo e Grupos Parlamentares

Referências Bibliográficas

Agreement, P. (2015). Paris agreement. In Report of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (21st Session, 2015: Paris).

Observador, 2021. Trabalhadores da Central a Carvão de Sines lamentam fecho perante futuro incerto. [online] Available at: <https://observador.pt/2021/01/13/trabalhadores-da-central-a-carvao-de-sines-lamentam-fecho-perante-futuro-incerto/>.

Powell, J. L. (2016). The consensus on anthropogenic global warming matters. *Bulletin of Science, Technology & Society*, 36(3), 157-163.

Público, 2021. Central de Sines fecha portas perante apreensão de trabalhadores e autarcas. [online] Available at: <https://www.publico.pt/2021/01/13/economia/noticia/central-sines-fecha-portas-apreensao-trabalhadores-autarcas-1946127>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho.

United Nations Environment Programme (2021). Emissions Gap Report 2021: The Heat Is On – A World of Climate Promises Not Yet Delivered. Nairobi